

FCSH-UNL

Lisboa, 3 de Julho de 2014

**Fontes e metodologia para a história da
política científica**

Tiago Brandão

Pós-Doutorando e investigador
integrado (IHC, FCSH-UNL)



Estrutura

- “ Introdução
- “ I. O estudo da política científica;
- “ II. Fontes e Arquivos para a história da Ciência contemporânea;
- “ III. Fontes e metodologia para o estudo da política científica;
- “ Desafios e Comentário Final

Introdução

- “ Aprofundar o diálogo entre historiadores e arquivistas;
- “ A Ciência tornou-se cada vez mais especializada e imbricada com o desenvolvimento tecnológico, cada vez mais “Tecnociência”
- “ Qual a relação entre o caráter “tecnocientífico” da ciência o interesse em conhecer a perspectiva histórica da C&T?
 - “ A Ciência é uma actividade com ramificações em vários campos e todos que estiverem interessados em conhecer a sua natureza e as suas relações devem estar interessados em conhecer a sua história;
 - “ A premência em que cientistas, políticos e cidadãos surjam unidos num interesse crescente em conhecer a perspectiva histórica de um dos pilares da sociedade contemporânea.

O estudo da política científica

- Com o que se preocupa a história da política científica? Qual o seu objecto?
- A formação de recursos humanos e a promoção do desenvolvimento económico;
- O estudo de ‘instituições de ciência e tecnologia’;
- **A identidade e os desafios da ‘aproximação político-institucional’:**
 - Hesitações e instabilidade metodológica;
 - O carácter disperso e metodologicamente algo híbrido;
 - Dificuldades e desafios do trabalho de campo (documentação e Arquivos)

Fontes e Arquivos para a história da ciência contemporânea

- “ Arquivos, conservação, catalogação e edição de documentos;
- “ Ciências sociais e humanas e ‘dimensão empírica’;
- “ Teorias e modelos de formalização vs. método historiográfico;
- “ ‘Pode a história da ciência ser História?’ - *British Society for the History of Science* (1968);
- “ A história da ciência e o alargamento do carácter das fontes de arquivo.

Fontes e metodologia para o estudo da política científica

- “ Construção e estabilização de uma metodologia de campo para o estudo da política científica;
- “ Coordenadas para uma relação profícua entre fontes e metodologia;
- “ Um ponto de partida teórico-metodológico para abordar o estudo da política científica:
 - “ a) o plano das ideias;
 - “ b) o plano dos interesses;
 - “ c) o plano institucional.
- “ Recurso ao conjunto das fontes escritas, em arquivo ou publicadas, primárias ou secundárias, em manuscrito, dactilografadas ou impressas.

Arquivo de Ciência e Tecnologia (FCT)



<http://newsletter.fct.pt/h/n0/arquivo-ciencia-tecnologia>

DIFUSÃO RESTRITA

Acta n.º 1

JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA (TEXTO DEFINITIVO)

CONSELHO GERAL

Reunião efectuada no Palácio do São Bento
no dia 8 de Abril de 1968, pelas 15.00 horas

PRESENTES

JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

VICE-PRESIDENTE: Prof. Eng.º Manuel José Castro Pereira de Abru-
Faro, Representante do Ministério da Educação Na-
cional, Presidente do Instituto de Alta Cultura.

CONSELHO GERAL

Reunião do dia 8 de Abril de 1968

REPRESENTANTE DA JUNTA DE ENERGIAS NUCLEARES

O Presidente, Brigadier António Almeida de Ag-
uiar.

REPRESENTANTE DO MINISTRO DA SAÚDE PÚBLICA

STPC-B-NOG. 1/2

REPRESENTANTE DO MINISTRO DAS FINANÇAS

4

PRESIDENTE

1. Meus Senhores, está aberta a sessão.

Começo por dirigir a todos os presentes - que são to-
dos os membros da Junta já designados - as minhas saudações cor-
diais. E apresento-lhes também os meus agradecimentos por terem
consentido em virem todos aqui, depois do adiamento que lhes soli-
citei na semana passada, já depois de ter sido expedida uma convo-
cação.

Assinámos um acto de posse; teria sido porventura mais
simples considerarmos a própria acta desta reunião como documento
bastante desse acto formal. Desta maneira, fugiríamos não a uma
praxe mas aos discursos e declarações que são de uso em tais ac-
tos - palavras que considero, neste caso, perfeitamente supér-
fluas.

2. No que me respeita vou ainda inovar dispensando-me de, no ini-
cio desta sessão, proferir um outro discurso sobre o papel que
todos nós desejamos que a nossa Junta venha a desempenhar. Todos
nós conhecemos as linhas gerais de um discurso desse género e to-
dos nós avaliamos a importância transcendente do Organismo que va-
mos orientar e as enormes dificuldades com que toparemos.

Assim, as considerações que eu porventura viesse a po-
der exprimir estão no ânimo de todos os presentes.

Pela nossa lei orgânica, sobejamente conhecida de to-
dos, são vastíssimas as atribuições da Junta e também vastíssimos
os meios de que ela se pode servir para cumprir as suas obriga-
ções e os seus fins.

Terá a Junta, antes de mais, de assentar nas linhas
gerais de uma política científica nacional, mas julgo mais práti-

...Y...

Arquivo da Presidência do Conselho de Ministros (APCM), PC-GSEPE, JNICT, PT/SGPCM/AOS/G-370/10, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Conselho Geral, Reunião do dia 8 de Abril de 1968, difusão restrita, Acta n.º 1 (Texto definitivo), Exemplar n.º 16



Presidência do Conselho

JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Rua Padre Siqueira, 11, 1.º - Lisboa

Senhor Subsecretário de Estado do
Planeamento Económico

CONFIDENCIAL

2412
17 de Junho de 1970

Excelência *Salgueiro*

1 - Este Organismo foi criado devido a prolongada insistência no sentido de fazer aceitar pelo Governo ser indispensável (ou pelo menos fecundo) que o País viesse a dispôr de instituição, por um lado coordenadora da Investigação Científica e Tecnológica, por outro lado capaz de encarar a interligação entre planos de Fomento Cultural, Planos de Formação de Mão-de-Obra qualificada e Planos de Fomento Económico, levando estes em conta uma Política Industrial.

A ideia da interligação dos Planos de Fomento Cultural com os Planos de Fomento Económico, havia sido desenvolvida, sem êxito desde 1955. A da intensificação de formação de pessoal qualificado quedou-se na publicação de uma Portaria (N.º 17 569, de 2 de Fevereiro de 1960).

2 - O decreto-lei n.º 47 791, de 11 de Julho de 1967 que criou esta Junta foi, nas suas linhas gerais elaborado por mim, após várias e prolongadas trocas de impressões com o Presidente Salazar e o então Ministro seu adjunto Doutor Motta Veiga.

O Governo, renitente à criação de novos quadros de funcionários, amputou o apoio administrativo proposto e não permitiu que ficasse bem expresso que o Presidente da Junta poderia recorrer

APCM, PC-GSEPE, JNICT, PT/SGPCM/AOS/
G-367/06, Ofício n.º 2412, pelo Presidente da
JNICT, Francisco de Paula Leite Pinto, ao
Subsecretário de Estado do Planeamento
Económico, João Salgueiro, datado de 17 de Junho
de 1970..



Presidência do Conselho

JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Rua Padre Siqueira, 11, 1.º - Lisboa

2

a conselheiros, a peritos ou a técnicos especializados para se organizarem os documentos de trabalho sobre os quais se debruçariam os órgãos da Junta.

Ora venho repetindo desde a publicação do decreto-lei que sem tal apoio a Junta NÃO PODE FUNCIONAR eficazmente.

Não se anteviu o enorme campo de actividades da Junta (no País e fora dele) e considerou-se que viria a ser possível que a estrutura administrativa da Junta poderia ser comum com a de outras instituições.

O facto do signatário exercer as funções de Presidente da Junta de Energia Nuclear parecia apontar para uma dessas condições de emergência. E isso embora o Art.º 179. do citado decreto-lei dispusesse assim: "Enquanto não fôr constituído o quadro do pessoal da Junta, os respectivos Serviços serão assegurados pela Secretaria Geral da Presidência do Conselho".

Como se isso fosse possível!

3 - A existência de um Secretário coordenador do trabalho dos relatores de pareceres (técnicos escolhidos para cada caso), prevista no ante-projecto que apresentei em 1967, havia sido decalçada sobre a estrutura administrativa do Instituto de Alta Cultura.

DE toda a arquitectura delineada saiu um pequeno parágrafo, o § 59. do Art.º 69. que reza assim: "Servirá de secretário do Conselho Geral um funcionário da Presidência do Conselho, designado pelo Presidente do Conselho".

E mais nada!

4 - A experiência de três anos de funcionamento defei-

"Administração da Ciência"

Exposição feita por
Manuel José de Abreu Faro

Lisboa, 21 de Novembro de 1968

Arquivo do Instituto Camões, *Elementos para actas de Dezembro de 1971 e Março de 1972 de reuniões do Conselho Superior do IAC*, 2313/6, Exposição feita por Manuel José de Abreu Faro, Presidente do Conselho Superior do IAC, intitulada "Administração da Ciência", datada de 21 de Novembro de 1968.

ADMINISTRAÇÃO DA CIÊNCIA:

ADVERTENCIA - Por administração da ciência entende-se, em directa ligação com o propósito desta exposição, o acto de administrar aplicado à ciência que assim se toma como objecto: conjunto de conhecimentos adquiridos.

Presente-se que a ciência acrescenta novas potencialidades à realidade preexistente pelo que a consideramos como um valor adquirido.

Pela meditação, análise e experiência sente-se e adivinha-se-lhe utilidade pelo que se vai mais longe e a tomamos como um bem, simultaneamente de consumo e de produção.

x x x x x

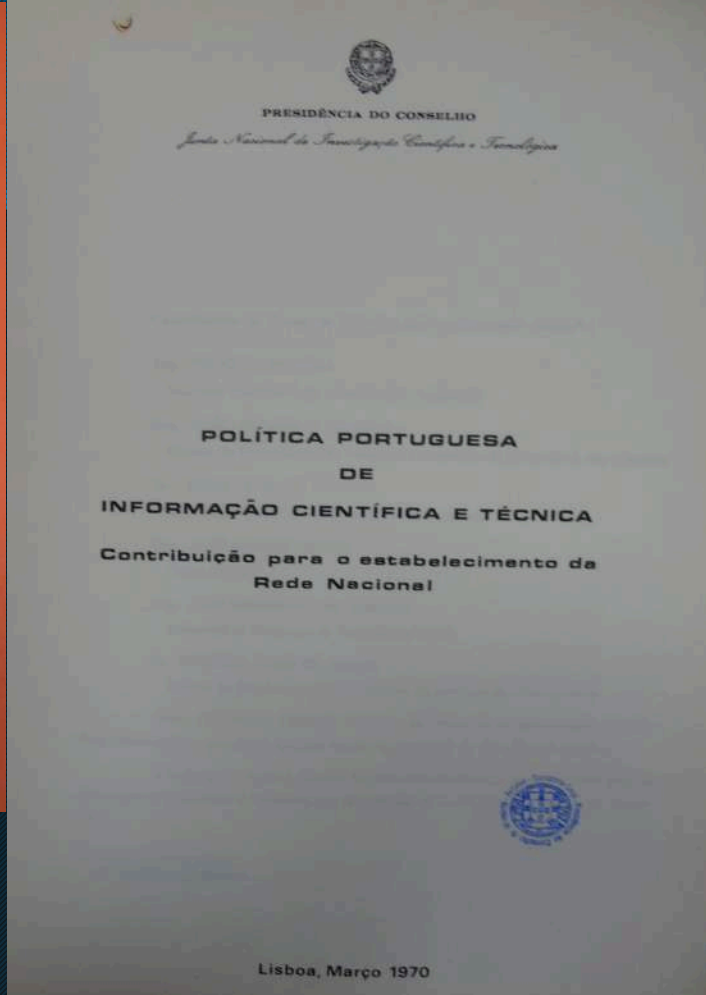
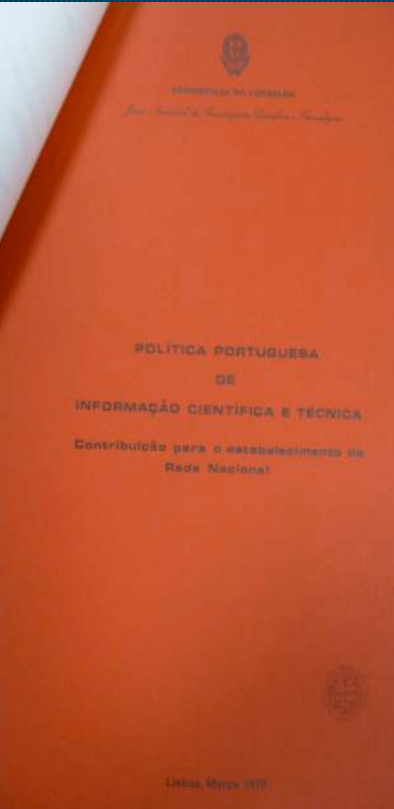
Pela naturalidade e justeza que lhes são inerentes, o enunciado das primeiras verdades corre sempre o risco de não se afirmar como conselho de tal modo se confunde a aceitação dessas verdades com a prática que desse facto e em coerência deveria decorrer.

Com esta preocupação ilustramos o nosso pensamento com a palavra autorizada de Einstein.

Em 2 de Agosto de 1939 em carta dirigida ao Presidente Roosevelt advertia:

"Algun trabalho recente , o qual me foi comunicado em manuscrito, leva-me à convicção de que o elemento urânio se poderá vir a constituir numa nova e importante fonte de energia num futuro imediato. Certos aspectos da actual situação parecem exigir vigilância e, se necessário, uma rápida actuação por parte da Administração". Tradução adaptada de um excerto de [47].

E bem conhecido o que depois sucedeu.



Constituição do Grupo de Trabalho que realizou este estudo* :

Eng. HÉLIO SILVA SERRA

Instituto Nacional de Investigação Industrial

Eng. JOÃO CANSADO TAVARES

Centro de Documentação Técnico-Económica do Ministério do Ultramar

Dr. JORGE PEIXOTO

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Eng. JOSÉ BATISTA RIBEIRO

Força Aérea

Eng. JOSÉ RODRIGUES DE ALMEIDA

Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Dr. ROGÉRIO LOPES DE SOUSA

Centro de Documentação Científica do Instituto de Alta Cultura

O Dr. ZEFERINO FERREIRA PAULO, do Centro de Documentação Científica Ultramarina, exerceu as funções de perito consultor do Grupo de Trabalho.

A Senhora D. MARIA ISABEL SOBRAL CASQUILHO, da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, secretariou as actividades do Grupo de Trabalho.

* Por ordem alfabética

Arquivo da Presidência do Conselho de Ministros
Cota PC-JNICT, PT/SGPCM/AOS/778/07
Relatório da Junta nacional de Investigação Científica e Tecnológica intitulado *Política Portuguesa de Informação Científica e Técnica. Contribuição para o estabelecimento da Rede Nacional*, datado de Março de 1970.

Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica



RENDIBILIDADE, EFICIÊNCIA
E
CONTROLE DOS PROJECTOS
DE
INVESTIGAÇÃO

ÍNDICE

MEMBROS DO GRUPO DE TRABALHO	3
INTRODUÇÃO	4
CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS	12
Coordenadas de política científica	13
Investigação e desenvolvimento económico	14
RENDIBILIDADE DOS PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO	18
<u>Questões gerais</u>	
Posição do problema	18
Coordenadas da planificação	18
Concretização: cúpula da planificação	20
Princípios da atribuição de dotações	22
Investigação fundamental-investigação aplicada	25
Recursos humanos	28
Informação	31
Controle dos projectos de investigação	35
<u>Preparação de programas de investigação</u>	
O problema	38
Avaliação e selecção de projectos: contributo para a preparação de programas	43
Técnicas de apreciação de projectos	54
EPICIENCIA DOS PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO	62
Inserção e dimensão dos organismos de investigação	63
Estatuto e organização dos organismos de investigação	66
Política de pessoal	73
Gestão contabilística	78
Planificação e condução dos projectos de investigação	81
BIBLIOGRAFIA	85
ANEXOS	90

Arquivo de Ciência e Tecnologia da FCT
JNICT, *Rendibilidade, Eficiência e Controle dos Projectos de Investigação. Trabalhos Preparatórios do IV Plano de Fomento*, JNICT - Grupo de Trabalho 3, Dezembro de 1972, Biblioteca Cota C01, 9949



PRESIDENCIA DO CONSELHO

JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

INVENTÁRIO DO POTENCIAL CIENTÍFICO E TÉCNICO DO PAÍS

METRÓPOLE — 1971

Este questionário visa a recolha de informações destinadas à organização de ficheiros e à obtenção de dados de carácter geral sobre as **actividades científicas e técnicas** na Metrópole, em 1971, e foi preparado em colaboração com o Instituto Nacional de Estatística no âmbito do Inquérito geral sobre as mesmas actividades.

Na forma presente, destina-se aos sectores do Estado, do Ensino Superior e das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, e inclui as ciências puras e naturais, a engenharia, as ciências médicas, a agricultura, florestas, pecuária e pescas, e as ciências sociais e humanas.

Nas actividades científicas e técnicas deverá compreender-se:

a **Investigação fundamental** (orientada ou não) — toda a actividade empreendida com a finalidade de obter novos conhecimentos científicos embora sem objectivos específicos de aplicação prática;

a **Investigação aplicada** — toda a actividade empreendida com a finalidade de obter novos conhecimentos científicos e orientada para um objectivo prático determinado;

o **Desenvolvimento** — a utilização sistemática dos resultados da investigação fundamental e aplicada bem como de conhecimentos empíricos, com vista à produção de materiais, dispositivos, produtos, processos ou sistemas novos, ou a uma melhoria substancial dos já existentes, incluindo a construção e utilização de protótipos ou de instalações piloto;

e **actividades científicas e técnicas sem carácter inovador, mas ligadas à Investigação e Desenvolvimento** — quer as de serviço público quer as integradas na produção de bens ou serviços, tais como:

— recolha de dados de carácter geral sobre problemas económicos e sociais (recenseamentos demográficos, etc.) e sobre o meio natural (levantamentos de rotina geológicos, hidrológicos, climatológicos, etc.);

— actividades especializadas de recolha, registo, classificação, difusão e tradução de informação científica e técnica; actividades de bibliotecas científicas e técnicas, de serviços bibliográficos, de serviços de patentes e de serviços de informação científica e técnica oficiais;

— estabelecimento de normas, de ensaios de qualidade e de análise para controlo de materiais, componentes ou produtos.

São, no entanto, de **excluir** das respostas a este questionário:

— as actividades de ensino e de formação de pessoal qualificado dispensadas nas Universidades e nos institutos especializados do Ensino Superior.

— a prática médica e as actividades clínicas.

Quaisquer informações suplementares julgadas necessárias deverão ser fornecidas em papel timbrado da unidade a enviar anexo ao questionário.

RECURSOS INVENTÁRIO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA 1972

RECURSOS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

inventário de 1971

RELATÓRIO
DO
Vice-presidente do ramo
de ciências

Prof. A. Celestino da Costa (44)
sobre as necessidades da investigação

científica em Portugal

As conclusões são desolidárias, denuncias

A. CELESTINO DA COSTA (54 anos)

O Problema da Investigação
Científica em Portugal



COIMBRA - 1939

caderno reunido

Costa, A. Celestino da, 1930. *Relatório do Vice-Presidente do ramo de ciência, Prof. A. Celestino da Costa, sobre as necessidades da investigação científica em Portugal*, Junta de Educação Nacional, Lisboa.

Costa, A. Celestino da, 1939. *O problema da investigação científica em Portugal. Relatório apresentado pelo Presidente do Instituto para a Alta Cultura, Prof. Dr. A. Celestino da Costa e aprovado na reunião da Direcção de 16 de Julho de 1938*. Instituto para a Alta Cultura, Oficina Atlântida, Coimbra. 1939.

F. de P. Leite Pinto

R. do Banco 7 2765-ESTORIL

v/ref. fuc 005 - 26.4.87 - 005227

5 Set 87
Sr. Doutor
Prof. José Mariano Gago
3.º Presidente de J.N.I.C. e Tec.

Sr. Professor

Muito me sensibilizou o ofício de V.ª S.ª acima referido, endereçado para a residência que abandonei em 1974 e do qual só agora tomei conhecimento. Por isto - estou certo! - V.ª S.ª. desculpe o atraso na resposta.

Congratulo-me, como é evidente, com a iniciativa que teve a bondade de me anunciar, de comemorar os vinte anos da criação do Organismo de que tive o feliz ensejo de ser promotor.

No preâmbulo do decreto-lei de Junho de 67 - todo o diploma foi escrito por uma única pessoa - estão bem patentes as razões que me levaram a discutir o projecto com o então M.º de Estado adj.º do Presidente do Conselho e, de seguida, com o próprio Chefe de Governo.

O assunto foi fructuoso, depois, e outros membros da Governação em to- dos eles reconheceram - em face de realidades apontadas - ser indispensável coordenar, não apenas as pesquisas dos laboratórios nacionais (públicos e privados) como, também, as representações - varias vezes decorridas - junto de Organismos Internacionais.

Quando a nova Junta tentou abrir caminho encontrou barreiras e - quitas sobre verdades diferentes das minhas, passadas a Lei.

Portugal era, no campo da Pesquisa Científica, um "puzzle-toy", cujas pedacitas haviam sido distribuídos, "ao calhas", por varias caixas - obras. Era o dilema para buscar e ensamblar os pedacitas bas- tantes para fazer surgir a um canto a pole lanternas de Bergsones...

«(...) arquivos sofreram partilhas – umas “ao calhas”, outras por critérios que não se enxergam. Não se encontram hoje acervos coerentes de relatórios e escritos fundamentais para a História da nossa Investigação Científica. Acresce não apenas que muitos escritos e edições foram, primeiro, encher (...) edificios esquecidos, acabando desprezados (vendidos, até, a peso). Documentos privados foram dispersos ou inutilizados após a morte dos interessados e só por acaso – mero acaso! – se encontram em prateleiras de alfarrabistas que compram “a olho, bibliotecas, a viúvas já com ‘guia de marcha’...”»

(Leite Pinto, 1987)

Conclusões / Desafios

- “ 1) aprofundar o diálogo entre historiadores e arquivistas;
- “ 2) agilizar o processo de pesquisa;
- “ 3) promover a preservação e tratamento da documentação como a investigação e elaboração de estudos;
- “ 4) compreender a relação entre património documental, conhecimento e esclarecimento nas escolhas políticas.

Email: brandao.tiago@gmail.com

Tiago Brandão
Pós-Doutorando e investigador
integrado (IHC, FCSH-UNL)

